



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

### LEI Nº 1.158/2004

“Dispõe sobre a autorização para contratação temporária sob a forma de designação e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a preencher as vagas existentes no Plano de Cargo e Salários do Município de Lajinha através de Contratação sob a forma de Designação, pelo prazo de 04 (quatro) meses, exceto para os cargos de composição do PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, cuja contratação será pelo período de 6 (seis) meses, nos termos do artigo 3º, parágrafo único da Lei complementar 001/2003, conforme necessidade apresentada na tabela abaixo:

<i><b>Cargos</b></i>	<i><b>Vagas</b></i>	<i><b>Proventos – R\$</b></i>
Agente Comunitário Saúde – ACS	09	280,00
Vigia	02	260,00
Auxiliar de Enfermagem – PSF	02	360,00
Enfermeiro PSF	03	2.778,00
Técnico em Enfermagem	01	680,00
Médico Saúde Família	02	4.200,00
Professor 5ª/8ª	15	600,00
Farmacêutico	01	1.400,00
Gari	12	260,00
Médico Clínico Geral	02	1.400,00
Professor 1ª/4ª	15	440,00
AUXILIAR VIGILÂNCIA ABATEDOURO	04	260,00
Oficial de Saúde	04	260,00

Art. 2º - Fica ressalvado à Administração o direito de demitir sem direito a indenizações, os servidores designados, por término do prazo contratual ou por falta funcional.

§ 1º – O designado não terá direito a indenizações quando ocorrer a exoneração a pedido.

§ 2º - O designado não terá direito a indenização, ainda, quando a demissão operar em virtude de preenchimento da vaga por aprovado em concurso público.

Art. 3º - O designado terá direito a indenização de valor correspondente à 15%(quinze por cento) da remuneração a que faria juz ao período faltante para encerramento do



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

contrato quando a demissão ocorrer por iniciativa da Administração Municipal sem motivo justificativo da medida, o saldo remanescente

Art. 4º - O processo seletivo simplificado para designação consignado no artigo primeiro será específico para cada área, preparado, elaborado e aplicado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, com acompanhamento necessário de um membro da Câmara Municipal de Vereadores a ser indicado pelo presidente da edilidade.

Art. 5º - O regime jurídico que ficarão vinculados será o estatutário.

Parágrafo Único – O designado ao assumir a respectiva função, firmará termo de aceitação conforme disposições legais e apresentará os seguintes documentos:

- a) Atestado de sanidade física e mental;
- b) Cópia do Título eleitoral e comprovante de votação;
- c) Cópia da Cédula de identidade;
- d) Cópia do CPF;
- e) Comprovante de residência;
- f) Certidão de casamento ou de nascimento;
- g) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,  
ESTADO DE MINAS GERAIS AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO  
DOIS MIL E QUATRO. (02-07-2004)

**Ver. TARCÍSIO FONSECA DOS SANTOS**  
*Presidente*

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal e transformada na Lei 1.158/04 em 02/07/04,  
conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes  
At. Legislativo



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA